

IM|LEGATE



Independent member

Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

São Paulo, 06 de setembro de 2023.

Ao
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
São Paulo- SP

Atenção da Sra. Juliana Martins

Prezados

Encaminhamos o relatório contendo as Demonstrações Financeiras do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, elaborado pela administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Marcos Vinicius Bernardo
CT CRC 1SP 258014/O-0

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 ACOMPANHADAS
DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

	Páginas
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado do Exercício	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	 9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes da limitação descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1) e às entidades sem fins lucrativos (ITG 2021-R1).

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Conforme descrito na nota explicativa nº 9 os recursos recebidos de contratos firmados para a realização de projetos são registrados no passivo circulante, na rubrica “Projetos a Realizar”, e, posteriormente, reconhecidos no resultado, como receitas, de acordo com o regime de competência contábil, na medida em que os recursos são aplicados aos respectivos projetos. Entretanto, até o encerramento de nossos trabalhos não foi concluída a confecção dos controles auxiliares dos saldos de Projetos a Realizar em 31 de dezembro de 2022 para conciliação com os saldos contábeis, não sendo possível avaliar eventuais efeitos resultantes da conciliação no saldos patrimoniais, resultado e patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 05 de setembro de 2023.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC 1SP 222941/O-8

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Reais)

		2022	2021
ATIVO	Nota		
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.146.924	2.418.972
Contas a Receber	5	229.583	90.097
Impostos a Recuperar		7.846	7.082
Outros Créditos		20.840	4.794
Total do Circulante	9	3.405.193	2.520.945
Não Circulante			
Depósitos Judiciais		-	-
Títulos de Capitalização		30.000	30.000
Imobilizado	6 - a	106.468	56.376
Imobilizado - Projetos	6 - b	7.134	9.728
Total do Não Circulante		143.602	96.104
Total do Ativo		3.548.795	2.617.049
		2022	2021
PASSIVO	Nota		
Circulante			
Fornecedores		115.809	34.380
Obrigações Trabalhistas	7	236.340	183.539
Obrigações Tributárias		73.455	57.720
Projeto Ministério da Justiça	8	138.272	125.263
Projetos a Realizar	9	2.857.367	1.777.520
Outras Obrigações		17.925	31.332
Total do Circulante		3.439.168	2.209.754
Não Circulante			
Projetos a Realizar - Imobilizado		7.134	9.728
Provisão para Demandas Judiciais	10	-	213.037
		7.134	222.765
Patrimônio Líquido	11		
Patrimônio Social		183.965	(9.806)
Superávit (Déficit) do Exercício		(81.472)	194.336
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		102.493	184.530
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.548.795	2.617.049

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Reais)

		2022	2021
Receitas Operacionais			
	Nota		
Com Restrição			
Projetos Privados	9	4.228.936	3.447.144
		4.228.936	3.447.144
Sem Restrição			
Prestação de serviços	12	665.621	1.066.973
Anuidades		39.994	50.323
Doações	13	121.000	280.359
Patrocínios		441.057	176.000
Receitas financeiras		128.278	3.530
Receitas diversas		213.037	12.229
		1.608.987	1.589.414
Receita Operacional Líquida		5.837.923	5.036.558
Custos e Despesas Operacionais			
Com Restrição			
Custo dos projetos privados	15	(4.228.936)	(3.447.144)
		(4.228.936)	(3.447.144)
Sem Restrição			
Despesas com pessoal		(501.778)	(261.998)
Despesas com serviços de terceiros		(845.358)	(947.028)
Despesas gerais e administrativas		(260.526)	(144.546)
Despesas tributárias		(36.866)	-
Despesas financeiras		(18.688)	(21.315)
Despesas com depreciação		(27.243)	(20.191)
		(1.690.459)	(1.395.078)
Total dos Custos e Despesas Operacionais		(5.919.395)	(4.842.222)
(Déficit) Superávit do Exercício		(81.472)	194.336

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(258.877)	249.071	(9.806)
Transferência para Patrimônio Social	249.071	(249.071)	-
Superávit do Exercício	-	194.336	194.336
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(9.806)	194.336	184.530
Ajuste de exercícios anteriores	-	(565)	(565)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	(9.806)	193.771	183.965
Transferência para Patrimônio Social	194.336	(194.336)	-
Déficit do Exercício	-	(81.472)	(81.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	184.530	(82.037)	102.493

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Reais)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Exercício	(81.472)	194.336
Ajustes ao Resultado do Exercício		
Depreciação e Amortização	27.243	19.542
Reversão da Provisão para Demandas Judiciais	(213.037)	(59.479)
Superávit Ajustado	(267.266)	154.399
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a Receber	(139.486)	(51.818)
Impostos a Recuperar	(764)	1.325
Outros Créditos	(16.046)	21.796
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	81.429	(94.128)
Obrigações Trabalhistas	52.801	365
Obrigações Tributárias	15.735	42.951
Projetos Ministério da Justiça	13.009	3.142
Projetos a Realizar	1.079.847	160.731
Outras Obrigações	(13.972)	(300)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	805.287	238.463
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Imobilizado - próprios	(77.335)	(7.349)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(77.335)	(7.349)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	727.952	231.114
Demonstrado como segue:		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.418.972	2.187.858
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	3.146.924	2.418.972
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa	727.952	231.114

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (“Entidade” ou “Fórum”) é uma associação de direito privado, constituída em 05/2006, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de ideias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança no Brasil;
- realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança no Brasil;
- produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- articulação de parcerias com entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no. 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("NBC TG 1000 (R1)").

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o superávit do exercício é igual ao superávit abrangente total.

b. Isenção tributária

A Entidade é isenta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro, por conta de sua natureza e de acordo com o artigo 15 da Lei 9.532/1998. É contribuinte do PIS sobre folha de salários e da COFINS sobre as receitas não próprias, de acordo com a Instrução Normativa 1.911/2019.

A Entidade é certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, em conformidade com a Lei nº 9.790/99 regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, a qual permite a remuneração dos cargos de diretoria a valor de mercado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime de competência.

A Administração da Entidade avalia periodicamente a necessidade da constituição de perdas de crédito esperadas que é mensurada com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

c. Imobilizado

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas de depreciação consideradas adequadas pela Administração.

d. Intangível

Corresponde a Softwares, os quais estão avaliados pelo custo de aquisição e reduzido da respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada. O ativo intangível encontra-se totalmente amortizado.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

f. Projetos a Realizar

Referem-se a contratos firmados para a realização de projetos com instituições privadas. Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas, quando não aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados pelo regime de competência ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

g. Provisão para Demandas Judiciais

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

h. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

i. Patrimônio Líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

j. Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência.

j.1 Receitas com restrições

As receitas obtidas com a celebração e execução de projetos que implicam em contrapartidas para a organização (entrega de produtos, pesquisas, atividades e prestações de contas). São registradas na conta projetos a realizar no passivo circulante e, na medida em que as ações previstas no plano de trabalho são executadas e os custos são incorridos, as receitas são apropriadas em conta de resultado própria.

j.2 Receita sem restrições

As receitas sem restrições (prestação de serviços, anuidade e doações sem contrapartida específica) são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Sem restrição		
Caixa	3.000	3.000
Bancos	35.677	4.828
Aplicações Financeiras	3.007	445.106
	41.684	452.934
Com restrição		
Bancos	62.119	302.780
Aplicações Financeiras	3.043.121	1.663.258
	3.105.240	1.966.038
Total	3.146.924	2.418.972

Os saldos de caixa e bancos são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos com restrição, referem-se aos recursos recebidos por meio de contratos firmados para a realização dos projetos descritos nas Notas Explicativas nº 8 e 9.

5. CONTAS A RECEBER

	2022	2021
Contribuições a Receber	285	190
Prestação de Serviços a Receber	229.298	89.907
Total	229.583	90.097

6. IMOBILIZADO

a. Imobilizado próprio

Descrição	Taxa de Deprec. a.a. %				Depreciação 2022	Imobilizado Líquido 2022
		2021	Adições	Baixas		
Instalações	10%	-	-	-	-	
Máquinas e Equipamentos	10%	-	-	-	-	
Móveis e Utensílios	10%	3.723	1.068	-	(3.697)	1.094
Equipamentos de Informática	20%	35.413	76.267	-	(21.578)	90.102
Equipamentos de Telefonia	10%	17.240	-	-	(1.968)	15.272
Total		56.376	77.335	-	(27.243)	106.468

b. Imobilizado de Projetos

Descrição	Taxa de Deprec. a.a. %				Depreciação 2022	Imobilizado Líquido 2022
		2021	Adições	Baixas		
Equipamentos de Informática	20%	9.728	-	-	(2.594)	7.134
Total		9.728	-	-	(2.594)	7.134

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2022	2021
Salários a Pagar	189	110
INSS a Pagar	31.021	34.236
FGTS a Pagar	7.014	13.660
PIS sobre Folha	3.524	2.958
IRF sobre Folha	28.569	13.282
Provisão de Férias	166.023	119.293
Total	236.340	183.539

8. PROJETO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Em 2017, o Fórum Brasileiro firmou o termo de fomento nº 852618/2017, denominado “Fundo de Direitos Difusos - Aprimorando o papel das polícias no enfrentamento à violência contra a mulher” executado em parceria com o Ministério da Justiça, com o objetivo de contribuir para a articulação entre os diversos segmentos para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	Recursos		Saldo em 31/12/2022
				Aplicados - Custos	Imobilizações	
Termo de Fomento FDD 852618/2017	125.263	-	13.009	-	-	138.272
Total	125.263	-	13.009	-	-	138.272

9. PROJETOS A REALIZAR

Por força dos contratos firmados para a realização de projetos, a Entidade está obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são periodicamente avaliados por meio de prestações de contas submetidas às instituições privadas. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer na devolução dos recursos recebidos.

Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas quando aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados pelo regime de competência ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua respectiva movimentação:

Descrição	Saldo em 31/12/21	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	Recursos Aplicados -			Saldo em 31/12/22
				Custos	Transferências	Imobilizações	
Avon	278	-	-	(153)	-	-	125
Porticus 2019	1	-	-	-	-	-	1
OSF/2018/48584 (I)	1.654	800	133.611	(2.455)	-	-	133.610
Ford 133384	-	-	-	-	-	-	-
OAK Foundation (II)	21.411	909.832	32.390	(528.683)	-	-	434.950
CNJ BRA/18/19 (III)	-	-	1.842	-	-	-	1.842
ICS (V)	596.989	352.594	6.402	(946.223)	-	-	9.762
LAFER 2022 (VI)	26.700	66.537	31	(68.588)	-	-	24.680
Porticus (IV)	279.873	16.899	-	(296.772)	-	-	-
Ford 140803	622.673	741.172	-	(968.697)	-	-	395.148
Uber - Selo FBSP (VIII)	100.000	-	-	-	(100.000)	-	-
OSF/2021/72921 (VII)	12.071	-	5	-	-	-	12.076
OSF 2022/84362 (XI)	-	2.729.100	-	(987.198)	-	-	1.741.902
RAPS – FBSP (XII)	-	140.000	-	(126.249)	-	-	13.751
Fund. JLES e Galo da Manhã - 16o. Anuário (IX)	61.675	185.025	12.543	(235.281)	-	-	23.962
Instituto Galo da Manhã (X)	54.195	80.000	-	(68.637)	-	-	65.558
Total	1.777.520	5.221.959	186.824	(4.228.936)	(100.000)	-	2.857.367

Abaixo demonstramos o confronto dos saldos de projetos a realizar com o saldo de caixa e equivalentes de caixa com restrição (Nota 4):

Descrição	Saldos projetos a realizar em 31/12/2022	Saldos de caixa e equiv. de caixas em 31/12/2022	Contas a pagar e obrigações em 31/12/2022
Projetos a Realizar	2.857.367	2.964.159	106.792
Termo de Fomento FDD 852618/2017	138.272	141.081	2.809
Total	2.995.639	3.105.240	109.601

Os projetos em andamento da entidade visam a melhoria no setor da segurança pública através de pesquisa e fornecimento de dados para análises dos órgãos competentes, os projetos acima possuem os seguintes objetivos:

- (I) **OSF/OR2018/48584** - Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação.
- (II) **Oak Foundation** - Apoio ao projeto “Use of force by Police in Brazil” que visa realizar tipologia para monitoramento dos casos de morte por uso da força policial. Influenciar o debate público das instituições de justiça criminal a respeito do uso da força policial.

- (III) **CNJ BRA 2018/2020** – Projeto que tem por objetivo o fortalecimento do monitoramento e fiscalização do sistema prisional e socioeducativo: Diálogos Polícias e Judiciário.
- (IV) **Porticus** – Recursos destinados ao projeto “Compreendendo a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional”.
- (V) **ICS Instituto Clima e Sociedade** - O objetivo geral deste projeto, realizado em parceria com a Universidade do Estado do Pará (UEPA), é analisar a dinâmica dos conflitos violentos na Amazônia de forma que seja apresentado como resultado a elaboração de uma cartografia da violência na região da Amazônia Legal, compreendendo como se dá a difusão de homicídios e outros crimes violentos na região e em que medida este fenômeno está relacionado a expansão das fronteiras agrícolas e extração de recursos naturais, a expansão do comércio ilegal de drogas e a conflitos entre trabalhadores rurais e grupos empresariais.
- (VI) **LAFER 2022** - O projeto “Carreiras, custos e atribuições dos policiais militares no Brasil” visa construir cenários para a revisão e/ou modernização dos mecanismos de ingresso e progressão nas carreiras policiais, em especial da Polícia Militar. A proposta é, em sinergia com o que está sendo feito no Ceará, construir uma proposta de reestruturação das carreiras policiais, revisando atribuições, critérios de ingresso, progressão nas carreiras e de incentivos oferecidos a estes profissionais.
- (VII) **OSF/2021/72921** - O objetivo dos recursos concedidos é apoiar a segunda edição do projeto "Monitoramento do uso da força letal" que será conduzido em 8 países na América Latina e Caribe.
- (VIII) **Uber – Selo FBSP** – O presente Contrato tem por objeto o patrocínio, pela Uber, da quarta edição do SELO FBSP de Práticas Inovadoras de Enfrentamento à Violência contra meninas e mulheres (Casoteca) que nesta edição visa mapear, selecionar e documentar práticas criadas no contexto da pandemia de Covid-19 nas instituições de segurança pública e justiça.
- (IX) **Fund. JLES e Galo da Manhã – 16º Anuário** – Tem por objetivo a inclusão de uma nova seção no Anuário Brasileiro de Segurança Pública para compilação de diferentes indicadores sobre violência o dado oficial sobre violência e crime contra crianças e adolescentes no Brasil. O Anuário é a principal publicação de referência sobre segurança pública do país e tem sido utilizada pela sociedade civil, Governos e imprensa.
- (X) **Instituto Galo da Manhã** – Recursos destinados ao apoio na elaboração de protocolos de ação e estratégias de mitigação de riscos de radicalização de policiais e uso político das atividades de segurança pública e segurança das eleições.

- (XI) **OSF 2022/84362**– Recursos destinados ao apoio às atividades institucionais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública referentes ao período de 01/02/2022 a 01/02/2025.
- (XII) **RAPS Rede de Ação Política pela Sustentabilidade** - A parceria RAPS e Fórum Brasileiro de Segurança Pública resultou no estudo “Violência e Democracia: panorama brasileiro pré-eleições de 2022 – Percepções sobre medo de Violência, Autoritarismo e Democracia”. A intersecção entre violência e política, entre garantia de direitos, segurança e apoio a regimes democráticos tem ficado mais latente, e, no Brasil, as eleições de 2022, ocorreram em clima de insegurança, ataque e sob alegação de fraude, com ânimos exaltados e em um cenário de polarização que tem crescido desde 2013. E é destas intersecções e da necessidade de compreendê-las profundamente que nasce esta pesquisa. Lançada logo após o 7 de setembro de 2022, data que marcou os 200 anos da Independência do Brasil, a pesquisa busca entender a percepção da população brasileira acerca do autoritarismo, da agenda de direitos – típica das democracias – e sua satisfação e apoio ao próprio regime democrático. https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-e-democracia-panorama-brasileiro-pre-eleicoes-2022/

10. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade está sujeita a processos fiscais, trabalhista, cíveis e outras. Em bases periódicas, a administração revisa a posição de processos, avalia as probabilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão, quando aplicável, considerando opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis na data de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e os dados históricos. Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade não possuía processos de natureza cível, fiscal ou trabalhista com probabilidade de perda provável passíveis de registro contábil, assim como não haviam processos com expectativa de perda possível que requeresse divulgação nas demonstrações financeiras.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social, acrescido do resultado do período (superávit/déficit) ocorrido.

O Fórum não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

Dessa forma, o déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

12. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços são oriundas de contratos firmados pela organização com órgãos públicos ou internacionais no âmbito da segurança pública. No exercício de 2022, foram executados contratos firmados com:

- (i) Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) - Investigar a implementação do programa “Olho Vivo”, de instalação de câmeras corporais a serem usadas pela PM-SP, e sua relação com a queda da letalidade policial nos últimos dois anos.
- (ii) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina (Contrato PMT/SEMPLAN/UGP LAGOAS DO NORTE Nº 24/2018) – Elaboração do Plano Municipal de Prevenção de Violência e Programa de Assistência Técnica e Capacitação Relacionada a Prevenção da Violência.
- (iii) Município de Jundiaí (Contrato 046/22) Plano de segurança para o Município, realização de diagnóstico da violência criminal da cidade de Jundiaí.
- (iv) Associação dos juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS) - Pesquisa “Perfil e percepções da magistratura gaúcha no âmbito da justiça criminal e segurança pública”.
- (v) Banco Mundial Contract Systematizing Experiences on Prevention of Violence Against Women - (Sistematizando Experiências de Prevenção da Violência Contra a Mulher)

13. DOAÇÕES

As doações são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária em nome da Entidade ou pela utilização de recursos tangíveis ou não que lhe sejam disponibilizados a qualquer título por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacionais ou estrangeiras. Os doadores são entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente.

14. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em atendimento as Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidades de Lucros, a Entidade registra contabilmente o valor como devido fosse, dos trabalhos voluntários, inclusive dos membros do Conselho de Administração. A estimativa destes valores é realizada com base nas horas dedicadas pelos membros do Conselho às atividades do Fórum.

Para os exercícios de 2022 e 2021 houve inexpressivo volume de horas incorridas na participação de reuniões, não sendo representativas para registro.

15. CUSTO DOS PROJETOS PRIVADOS

A Entidade reconheceu em 2022 o montante de R\$ 4.228.936 (R\$ 3.447.144 em 2021) em custos projetos privados, conforme demonstrados nas Notas 8 e 9. Os recursos dos projetos foram aplicados da seguinte forma:

	2022	2021
Custo com pessoal	1.468.757	1.112.540
Custo com serviços de terceiros	2.266.001	2.067.776
Custos gerais	456.654	167.589
Custos tributários	830	273
Custos financeiros	36.694	98.966
Total	4.228.936	3.447.144

16. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

17. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2022, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Entidade não apresentou fatos ou eventos relevantes em período subsequente a essas demonstrações financeiras.

Verônica Ribeiro Gerlah Paganatto

CRC 1SP267754/O-2

